

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO



Demonstrações financeiras Em 31 de dezembro de 2025

*Usina de Energia Eólica Carcará
II SPE S.A.*



Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Demonstração dos resultados	8
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Notas explicativas	11
1 Informações gerais e base de preparação	11
1.1 Informações gerais	11
1.2 Base de preparação e políticas contábeis	12
1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação	12
2 Principais informações financeiras	12
2.1 Resultado do exercício	12
2.1.1 Receita operacional, líquida	12
2.1.1.(a) Receita com fornecimento de energia, líquida	12
2.1.1.(b) Outras receitas operacionais	13
2.1.2 Custos e despesas por natureza	13
2.1.3 Resultado financeiro	13
2.1.4 Imposto de renda e contribuição social	14
2.2 Ativos e passivos financeiros	14
2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria	14
2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa	15
2.2.3 Títulos e valores mobiliários	15
2.2.4 Contas a receber de clientes	16
2.2.5 Fornecedores	16
2.2.6 Empréstimos e financiamentos	16
2.2.7 Passivo de arrendamento	18
2.2.8 Penalidades contratuais	18
2.3 Ativos e passivos não-financeiros	20
2.3.1 Imobilizado	20
2.3.2 Intangível	21
2.4 Patrimônio líquido	22
2.4.1 Capital social	22
2.4.2 Destinação do lucro	22
3 Estimativas críticas e riscos	22
3.1 Estimativas críticas e julgamentos	22
3.1.1 Gestão de riscos	23
3.1.2 Risco regulatório	23
3.1.3 Riscos de mercado	23
3.1.4 Risco de crédito	24
3.1.5 Risco de liquidez	24
4 Itens não reconhecidos	25
4.1 Contingências	25
4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço	25
5 Outras informações	25
5.1 Transações com partes relacionadas	25
5.1.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025	25
5.1.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024	26
5.2 Seguros	26
6 Políticas contábeis Materiais	26
6.1 Caixa e equivalentes de caixa	26
6.2 Imobilizado	26
6.3 Intangível	27
6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos	27
6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados	28
6.3.3 Baixa de ativos intangíveis	28
6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)	28
6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)	28
6.4.2 Ativos não financeiros	28
6.5 Empréstimos e financiamentos	29
6.6 Provisões	29
6.7 Tributação	29
6.7.1 Tributos sobre a receita operacional	29
6.7.2 Tributos sobre o lucro	30



6.8	Outros ativos e passivos	30
6.9	Reconhecimento de receita.....	30
6.10	Instrumentos financeiros	31
6.11	Passivo de arrendamentos.....	31
6.12	Normas novas e alteradas no exercício corrente.....	31
6.13	Normas emitidas, mas ainda não vigentes.....	32

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A
Areia Branca - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Marcelo Nogueira de Andrade

7017104222064EF
Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.

**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.469	3.002
Ajustes por		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.1.3 (2.797)	(1.791)
Resultado financeiro - provisão de juros	2.1.3 6.686	5.722
Ajuste a valor presente	2.1.3 128	117
Depreciações e amortizações	2.1.2 4.341	4.251
Provisões de penalidades contratuais	2.1.1 8.176	6.776
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.1.1 1.056	-
Penalidades contratuais suspensas - Atualização	2.2.8.1 380	800
Diminuição (aumento) nos ativos		
Contas a receber	2.2.4 (2.964)	(1.088)
Contas a receber – Partes relacionadas	347	(309)
Adiantamentos a fornecedores	(126)	39
Despesas antecipadas	370	(30)
Impostos a recuperar	(10)	(1)
Outros ativos	(458)	(241)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	464	1.348
Obrigações fiscais e trabalhistas	(536)	(503)
Contas a pagar - Partes relacionadas	748	147
Penalidades contratuais	(251)	(307)
Outros passivos	2	60
Recursos provenientes das atividades operacionais	17.025	17.992
Juros pagos sobre financiamento	2.2.6.2 (4.171)	(4.642)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.090)	(1.883)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	11.764	11.467
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Resgates (aplicações) em títulos e valores mobiliários	(3.294)	(3.126)
(Aquisições) baixas de imobilizado	2.3.1 (353)	(502)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de investimento	(3.647)	(3.628)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Pagamentos de arrendamento	2.2.7 (421)	(404)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	2.2.6 (7.766)	(7.751)
Pagamento de dividendos	(290)	(197)
Aumento de capital social	-	305
Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento	(8.477)	(8.047)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(360)	(208)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	534	742
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(360)	(208)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	174	534
Transações que não afetam o caixa		
Registro de passivos de arrendamento e direito de uso	2.2.7 (209)	11

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcara II SPE S.A.

**Demonstração dos resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional, líquida	2.1.1 (a)	21.182	21.096
Outras receitas operacionais, líquida	2.1.1 (b)	564	1.535
Custos operacionais	2.1.2	(14.352)	(13.765)
Resultado bruto		7.394	8.866
Despesas operacionais			
Despesas administrativas	2.1.2	(1.143)	(766)
Outras receitas (despesas)		11	48
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		6.262	8.148
Despesas financeiras		(7.592)	(6.925)
Receitas financeiras		2.799	1.779
Resultado financeiro	2.1.3	(4.793)	(5.146)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		1.469	3.002
Imposto de renda e contribuição social	2.1.4	(1.688)	(1.782)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(219)	1.220

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcara II SPE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	2.2.2	174	534	Fornecedores	2.2.5	4.234	3.770
Contas a receber	2.2.4	8.180	6.282	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	8.136	7.796
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	-	347	Obrigações fiscais e trabalhistas		271	209
Adiantamentos a fornecedores		185	59	Penalidades contratuais	2.2.8	24.705	19.137
Despesas antecipadas		201	571	Dividendos - Partes relacionadas	5.1	-	290
Impostos a recuperar		302	292	Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1	947	199
Outros ativos		789	335	Passivo de arrendamentos	2.2.7	174	149
Total do ativo circulante		9.831	8.420	Outros passivos		136	134
				Total do passivo circulante		38.603	31.684
Não circulante				Não circulante			
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	27.724	21.633	Empréstimos e financiamentos	2.2.6	39.848	45.704
Depósitos judiciais e cauções		4	-	Penalidades contratuais	2.2.8	5.423	2.686
Contas a receber de longo prazo		10	-	Passivo de arrendamentos	2.2.7	2.901	2.873
Imobilizado	2.3.1	91.878	95.577	Outras obrigações		1.516	1.388
Intangível	2.3.2	1.967	2.047	Total do passivo não circulante		49.688	52.651
Total do ativo não circulante		121.583	119.257	Total passivo		88.291	84.335
				Patrimônio líquido	2.4		
				Capital social		37.223	37.223
				Reserva de lucro		2.739	2.958
				Reserva legal		3.161	3.161
				Total do patrimônio líquido		43.123	43.342
Total do ativo		131.414	127.677	Total do passivo e patrimônio líquido		131.414	127.677

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcara II SPE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total	
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.918	3.100	2.089	5.189	-	42.107
Aumento de capital social	305	-	-	-	-	305
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.220	1.220
Destinação do lucro						
Constituição de reserva legal	-	61	-	61	(61)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(290)	(290)
Lucros retidos a deliberar	-	-	869	869	(869)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	37.223	3.161	2.958	6.119	-	43.342
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(219)	(219)
Absorção de prejuízo	-	-	(219)	(219)	219	-
						-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	37.223	3.161	2.739	5.900	-	43.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Notas explicativas

1 Informações gerais e base de preparação

Esta seção provê informações gerais sobre a Companhia e descreve a base de preparação das demonstrações financeiras.

1.1 Informações gerais

A Usina de Energia Eólica Carcará II S.A. (Companhia), é uma sociedade por ações constituída em 13 de março de 2012 e com sede administrativa e foro jurídico na Rodovia RN 404 s/nº KM 9.65, CEP 59655-000, na Zona Rural, Município de Areia Branca, estado do Rio Grande do Norte. A Companhia tem por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado Carcará II.

Autorização do Parque Eólico Carcará II

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 390 de 26 de junho de 2012 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e operação da Central Geradora Eólica denominada EOL Terral. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 28 de junho de 2012 e o término em 28 de junho 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

Em 03 de junho de 2014, foi publicada a Resolução Autorizativa Aneel nº 4.700, na qual altera as características técnicas da usina para 30.000 kW a capacidade instalada total da mesma, constituída por 10 unidades geradoras de 3.000 kW cada. Em 18 de novembro de 2015, foi alterada a Garantia Física da usina para 15 MW médio, publicada pela Portaria nº 346 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético - SPDE.

A Companhia entrou em fase de teste em 21 de outubro de 2014, conforme despacho ANEEL Nº 4.194 de 21 de outubro de 2014. Em 24 de março de 2015, a Companhia entrou em operação comercial conforme Despacho Aneel nº 740, de 23 de março de 2015. No dia 03 de março de 2015, foi recebida a autorização técnica do fornecedor das turbinas para entrada em operação.

A energia elétrica produzida pela Companhia destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR

Em 19 de agosto de 2013, a Companhia celebrou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”), com as 25 distribuidoras firmadas no 13º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, realizado em 20 de dezembro de 2011. Por este contrato, a Companhia se compromete a vender às distribuidoras pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016, a quantidade de energia negociada entre as partes pelo preço contratual firmado, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA).

Capital circulante líquido negativo

A administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e entende que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, mesmo que, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrasse com o capital circulante negativo no montante de R\$ 28.772 (R\$ 23.264, em 31 de dezembro de 2024), tendo em vista que esta saldo é impactado

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

principalmente pela rubrica de penalidades registrado no circulante, em contrapartida o contas a receber proveniente do contratos de venda de energia registrados no balanço consta apenas o valor a receber por competência, e não do contrato como um todo, de longo prazo, logo o contrato gerará recursos suficientes para liquidar estas operações de curto prazo.

Sendo assim, estas Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2026.

1.2 Base de preparação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). Desta forma, foram elaboradas considerando todas as informações relevantes da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão, de acordo com o CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras.

2.1 Resultado do exercício**2.1.1 Receita operacional, líquida****2.1.1.(a) Receita com fornecimento de energia, líquida**

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita bruta de fornecimento - CCEAR	26.925	25.535
Receita bruta de fornecimento - CCEE	2.168	-
Receita Bruta de fornecimento - ACL- Parte relacionada (i)	851	3.017
Certificado de Energia Renovável (IREC)	57	119
Ressarcimento - CCEE	(8.176)	(6.776)
Tributos sobre receita	(643)	(799)
Total de receita operacional, líquida	<u>21.182</u>	<u>21.096</u>

(i) Para atender as demandas de energia das demais empresas do grupo, a Companhia está vendendo energia para atender seus contratos.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.1.(b) Outras receitas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais	1.681	1.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.056)	-
Tributos sobre receita	(61)	(58)
Outras receitas operacionais, líquida	564	1.535

Refere-se ao valor a ser ressarcido pelo fornecedor de operação e manutenção devido à indisponibilidade de geração no parque Carcará II, ou seja, geração abaixo do previsto do contrato.

2.1.2 Custos e despesas por natureza

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custos	Despesas administrativas	Custos	Despesas administrativas
Depreciações e amortizações	(4.341)	-	(4.251)	-
Encargos setoriais	(1.945)	-	(1.644)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.846)	-	(3.905)	-
Serviços de operação & manutenção - Parte relacionada	(1.202)	-	(998)	-
Energia comprada para revenda (i)	(2.049)	-	(2.178)	-
Energia comprada para revenda - Parte relacionada	(573)	-	(366)	-
Certificados de energia e créditos de carbono - Parte relacionada	(5)	-	(19)	-
Despesas administrativas gerais	-	(396)	-	82
Aluguéis	(15)	(49)	(45)	(139)
Serviços de terceiros	-	(698)	-	(709)
Seguros	(376)	-	(359)	-
	(14.352)	(1.143)	(13.765)	(766)

(i) Para atender as demandas de energia, a Companhia está comprando mais energia para revenda.

2.1.3 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.797	1.791
Outras receitas financeiras	2	(12)
Total	2.799	1.779
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6.421)	(5.456)
Juros sobre passivos de arrendamentos	(265)	(266)
Atualização penalidades suspensas	(380)	(800)
Variação cambial passiva	-	(14)
Outras despesas financeiras	(398)	(272)
Ajuste a valor presente	(128)	(117)
Total	(7.592)	(6.925)
Total de resultado financeiro	(4.793)	(5.146)

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.1.4 Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas	29.944	28.552
Ressarcimento - CCEE	(8.176)	(6.776)
Base ajustada	21.768	21.776
Presunção imposto de renda - 8% (a)	1.741	1.742
Presunção contribuição social - 12% (b)	2.612	2.613
Demais receitas e ganhos de capital (c)	3.063	3.314
Base de cálculo - IRPJ (a)+(c)	4.804	5.056
Imposto de renda:15%	721	758
Adicional de Imposto de Renda: 10%	456	492
Total IRPJ	1.177	1.250
Base de cálculo - CSLL (b)+(c)	5.675	5.927
Contribuição social: 9%	511	532
Total de CSLL	511	532
Total IRPJ e CSLL	1.688	1.782

2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria; e
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro.

2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa	174	534
Contas a receber de clientes	8.180	6.282
Contas a receber - partes relacionadas	-	347
Títulos e valores mobiliários	27.724	21.633
Total de ativos financeiros	36.078	28.796
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Fornecedores	(4.234)	(3.770)
Empréstimos e financiamentos	(47.984)	(53.500)
Passivo de arrendamento	(3.075)	(3.022)
Penalidades contratuais a pagar	(30.128)	(21.823)
Mútuos, contas a pagar e dividendos - partes relacionadas	(947)	(489)
Total de passivos financeiros	(86.368)	(82.604)
Ativos (passivos) financeiros, líquidos	(50.290)	(53.808)

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	4	6
Aplicações financeiras	170	528
	<u>174</u>	<u>534</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 109,1% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade foi de 96,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reserva SPE (1)	18.322	14.115
Serviço da dívida - empréstimo BNDES (2)	2.890	2.963
Centralizadora (3)	4.219	3.519
Serviços de manutenção - O&M (2)	995	956
Trianon	1.298	80
Total	<u>27.724</u>	<u>21.633</u>

A seguir, descrição das principais contas:

- (1) Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- (2) Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do Serviço da Dívida e de O&M deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2025, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.
- (3) Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos e financiamentos (Nota 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.4 Contas a receber de clientes

Ativo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Distribuidoras diversas - Ambiente de contratação regulada	4.642	2.980
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia	-	286
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	23	-
Clientes Diversos	4.571	3.016
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.056)	-
Total	8.180	6.282

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às vendas de energia para distribuidoras diversas é de 45 dias da data do faturamento.

Em 31 de dezembro de 2025, não há saldo em aberto com mais de 90 dias.

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento do BNDES (Nota 2.2.6).

2.2.5 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Energia	206	183
Serviços de terceiros	3.631	3.314
Encargos setoriais	210	187
Seguros	52	46
Aluguel	41	40
Materiais	94	-
Total	4.234	3.770

2.2.6 Empréstimos e financiamentos

2.2.6.1 Composição de saldo

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

A taxa efetiva do financiamento em 31 de dezembro de 2025 é de 8,80% (9,04% para 31 de dezembro de 2024).

	Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2025	31/12/2024
Financiamentos					
BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	16/12/2014 - 15/07/2031	47.984	53.500
				47.984	53.500
Total circulante				8.136	7.796
Total não circulante				39.848	45.704

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6.2 Movimentação dos empréstimos e financiamentos, nos exercícios

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	53.500	60.437
Juros incorridos	6.421	5.456
Juros pagos	(4.171)	(4.642)
Amortização de principal	(7.766)	(7.751)
Saldo final	47.984	53.500

2.2.6.3 Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. O referido cálculo é realizado conforme abaixo:

ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = [(geração de caixa da atividade + saldo final de caixa do ano anterior) / serviço da dívida]

Em 31 de dezembro de 2025, o índice calculado foi de 2,29 (1,88 em 31 dezembro de 2024):

	2025	2024
Caixas e aplicações financeiras totais do ano anterior	22.167	17.458
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.963)	(3.115)
(-) Conta reserva O&M	(956)	(928)
(A) Caixa inicial da atividade	18.248	13.415
Ajustes no EBITDA		
Lucro (prejuízo) líquido de 12 meses findo em 31 de dezembro	(219)	1.220
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	1.688	1.782
(-ou+) Resultado de itens não recorrentes		
(+/-) Resultado financeiro	4.793	5.146
(+) Depreciação e amortização	4.341	4.251
EBITDA ajustado	10.603	12.399
(-) Despesas de Imposto de renda e contribuição social no período de 12 meses de diferimento	(1.750)	(2.400)
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao ano de referência	-	(290)
(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social	8.853	9.709
(C) Serviço da dívida no ano de referência, correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES	11.841	12.296
Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)	2,29	1,88

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.2.6.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (10 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais, e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

2.2.7 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

Passivo de arrendamentos	31/12/2024	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2025
Passivo Circulante	149	-	(156)	-	181	174
Passivo Não Circulante	2.873	265	(265)	209	(181)	2.901
Total no Passivo	3.022	265	(421)	209	-	3.075
Passivo de arrendamentos	31/12/2023	Juros	Pagamentos	Atualização contratual	Transf CP / LP	31/12/2024
Passivo Circulante	138	-	(138)	-	149	149
Passivo Não Circulante	3.033	266	(266)	(11)	(149)	2.873
Total no Passivo	3.171	266	(404)	(11)	-	3.022

2.2.8 Penalidades contratuais

O contrato de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEARS) prevê a verificação Anual e Quadrienal quanto ao cumprimento contratual.

Para a apuração dos montantes são verificadas as diferenças entre a geração da usina e a energia contratada. Na verificação anual (período de janeiro a dezembro de cada ano), caso a geração neste período seja menor do que 90% da energia contratada, haverá o ressarcimento anual por desvios negativos de geração, essa diferença (Geração - 90% do Contrato) deverá ser paga em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte. Esse montante deverá ser valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças divulgado pela CCEE) do ano do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Para a verificação quadrienal, será feita a cada período de 4 anos (janeiro a dezembro), que se repetirá 4 vezes durante o período contratual (20 anos), serão verificados a geração da usina e a energia contratada dos últimos 4 anos, caso a geração neste período esteja entre 90% e 100% da energia contratada, o ressarcimento quadrienal por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado ao maior valor entre preço de venda atualizado ou média do PLD (preço das liquidações das diferenças divulgado pela CCEE) dos quatro anos do cálculo, conforme expresso na cláusula 8ª do referido contrato.

Em fevereiro de 2020, deveria ser iniciado o pagamento da penalidade quadrienal referente

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

ao 1º quadriênio 2016 a 2019, o valor total destas penalidades é de 2.060, dividido em 24 parcelas de 86, porém em agosto de 2019 a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, suspendeu o pagamento da penalidade devido ao “Constrained-off”, conforme Despacho nº 2.303 de 20 de agosto de 2019, que trata de uma redução da produção de energia por usinas despachadas centralizadamente decorrente de ocorrências na rede de controle do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS que tenham sido originados externamente às instalações das respectivas usinas, em resumo o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS solicita a interrupção de geração na operação do Sistema Interligado Nacional - SIN. Vale ressaltar que o “Constrained-off” é previsto nas regras de comercialização de energia.

No segundo semestre de 2025, as restrições de geração impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) na região Nordeste do Brasil aumentaram significativamente em comparação com o mesmo período de 2024, processo este chamado de “curtailment”, o qual pode ser atribuído a uma combinação de fatores estruturais e conjunturais.

Em 24 de novembro de 2025, foi promulgada a Lei nº 15.269/2025, que define um novo marco regulatório para o setor elétrico, trazendo dispositivos que permitirão compensação financeira aos agentes de geração de energia eólica conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), visando cobrir perdas financeiras decorrentes de cortes de geração motivados por indisponibilidade externa ou por requisitos de confiabilidade elétrica da operação do sistema. Tal compensação será aplicada aos eventos ocorridos entre 1º de setembro de 2023 e a data de entrada em vigor desta Lei, estando condicionada ao atendimento dos requisitos nesta previstos, incluindo a celebração de termo de compromisso com o Poder Concedente.

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída provisão referente a penalidade anual de R\$ 5.394 e quadrienal de R\$ 2.065.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os montantes registrados estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante		
Penalidades Contratuais – CCEE	24.705	19.137
	<u>24.705</u>	<u>19.137</u>
Passivo não circulante		
Penalidades Contratuais – CCEE	5.423	2.686
	<u>5.423</u>	<u>2.686</u>
Total	<u><u>30.128</u></u>	<u><u>21.823</u></u>

2.2.8.1 Movimentações em 2025 e 2024

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo inicial	21.823	14.554
Atualização financeira	380	800
Penalidade contratual - em curso	7.925	6.469
Saldo final	<u><u>30.128</u></u>	<u><u>21.823</u></u>

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Ativos e passivos não-financeiros

2.3.1 Imobilizado

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
Imobilizado em operação				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	155.927	87.734	155.909	91.211
Total do imobilizado em operação	155.927	87.734	155.909	91.211
Bens em operação				
Materiais sobressalentes	1.005	699	972	697
Veículos	1	-	1	-
Instalações	82	34	87	50
Moveis e utensílios	61	18	60	21
Equipamentos de informática	164	113	159	140
Máquinas e equipamentos	1.386	683	1.389	839
Terreno - Direito de uso	4.278	2.597	4.069	2.617
Veiculos - Direito de uso	38	-	40	2
Total dos bens em operação	7.015	4.144	6.777	4.366
Total do imobilizado	162.942	91.878	162.686	95.577

Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos de produção. Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.6) estão garantidos por 10 turbinas de geração de energia.

2.3.1.1 Movimentações em 2025

	Valor líquido em 31/12/2024	Adições/Baixas	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	91.211	324	-	(3.801)	87.734
Total do imobilizado em operação	91.211	324	-	(3.801)	87.734
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	697	33	-	(31)	699
Instalações	50	(5)	-	(11)	34
Moveis e utensílios	21	1	-	(4)	18
Equipamentos de informática	140	5	-	(32)	113
Máquinas e equipamentos	839	(3)	-	(153)	683
Terreno - Direito de uso	2.617	-	209	(229)	2.597
Veiculos - Direito de uso	2	(2)	-	-	-
Total dos bens em operação	4.366	29	209	(460)	4.144
Total do imobilizado	95.577	353	209	(4.261)	91.878

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.3.1.2 Movimentações em 2024

	Valor líquido em 31/12/2023	Adições/Baixas	Atualização contratual	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em operação					
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	94.589	306	-	(3.684)	91.211
Total do imobilizado em operação	94.589	306	-	(3.684)	91.211
Bens em operação					
Materiais sobressalentes	737	-	-	(40)	697
Instalações	24	33	-	(7)	50
Moveis e utensílios	28	-	-	(7)	21
Equipamentos de informática	34	114	-	(8)	140
Máquinas e equipamentos	934	49	-	(144)	839
Terreno - Direito de uso	2.845	-	(11)	(217)	2.617
Veículos - Direito de uso	2	-	-	-	2
Total dos bens em operação	4.604	196	(11)	(423)	4.366
Total do imobilizado	99.193	502	(11)	(4.107)	95.577

2.3.2 Intangível

O valor registrado no Intangível corresponde, substancialmente, aos gastos incorridos no desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de Areia Branca.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Custo Histórico	Valor Líquido	Custo Histórico	Valor Líquido
Intangível em operação				
Gastos desenvolvimento	6.535	1.967	6.535	2.047
Software	22	-	22	-
Total do intangível em operação	6.557	1.967	6.557	2.047
Total	6.557	1.967	6.557	2.047

2.3.2.1 Movimentações em 2025 e 2024

	Valor líquido em 31/12/2024	Baixas/Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2025
	Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	2.047	-	(80)	1.967
Total do intangível em operação	2.047	-	(80)	1.967
Total	2.047	-	(80)	1.967

	Valor líquido em 31/12/2023	Baixas/Adições	Amortização	Valor líquido em 31/12/2024
	Intangível em operação			
Gastos desenvolvimento	2.184	-	(137)	2.047
Total do intangível em operação	2.184	-	(137)	2.047
Total	2.184	-	(137)	2.047

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

2.4 Patrimônio líquido**2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 37.223 (R\$ 37.223 em 31 de dezembro de 2024), ações sem valor nominal, com preço de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente detidas pela Voltalia Areia Branca II Participações S.A.

2.4.2 Destinação do lucro

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação.

A Companhia apresentou prejuízo em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) líquido apurado no exercício	(219)	1.220
Constituição da reserva legal - 5%	-	(61)
	(219)	1.159
Destinação do Lucro:	-	1.159
Dividendos mínimos obrigatórios	-	290
Lucros retidos a deliberar	-	869

3 Estimativas críticas e riscos

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras da Companhia e sua performance.

3.1 Estimativas críticas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Depreciação e amortização do ativo fixo

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Determinação estimativa de custos desmobilização e taxa de desconto da provisão para desmobilização

As provisões para desmobilização são contabilizadas com base na melhor estimativa da Administração na data de mensuração sobre os custos futuros utilizando a premissa da taxa de desconto. O período entre o reconhecimento inicial e a efetivação da desmobilização, assim como a variação na taxa de desconto, podem ocasionar variações no valor reconhecido, dessa forma, a provisão é revisada periodicamente conforme o curso do negócio para que todas estas possíveis alterações sejam mapeadas gerando contrapartida no custo do ativo.

Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3.1.1 Gestão de riscos

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- (4) Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia;
- (5) Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia; e
- (6) Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

3.1.2 Risco regulatório

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

3.1.3 Riscos de mercado

3.1.3.1 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre, principalmente, de empréstimos e financiamentos de longo prazo.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

O financiamento adquirido junto ao BNDES possui taxas variáveis e expõe a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos adquiridos junto as empresas do grupo possuem taxas fixas.

3.1.4 Risco de crédito

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”).

Os contratos regulados da Companhia são vendidos diretamente às Distribuidoras que participaram no Leilão de compra de energia. Existe a possibilidade de inadimplência por parte destas distribuidoras, e para mitigar esse risco, estas apresentam um contrato de garantia financeira.

3.1.5 Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme apresentado abaixo:

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Fornecedores	4.234	-	-	-	4.234
Empréstimos e financiamentos	8.136	8.136	24.408	7.304	47.984
Penalidades Contratuais	24.705	-	5.423	-	30.128
Dividendos - Partes relacionadas	-	-	-	-	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	947	-	-	-	947
Passivos de Arrendamentos	174	174	522	2.205	3.075
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	3.770	-	-	-	3.770
Empréstimos e financiamentos	7.796	7.617	22.852	15.235	53.500
Penalidades Contratuais	19.137	-	2.686	-	21.823
Dividendos - Partes relacionadas	290	-	-	-	290
Contas a pagar - Partes relacionadas	199	-	-	-	199
Passivos de Arrendamentos	149	163	580	2.130	3.022

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

4 Itens não reconhecidos

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

4.1 Contingências

4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa é parte em processos judiciais e administrativos, em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo, principalmente, matérias de natureza tributária, trabalhista e cível.

A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos e na análise individual das demandas em andamento, concluiu que não há, em 31 de dezembro de 2025, processos com probabilidade de perda classificada como provável que demandem o reconhecimento de provisão, nos termos da legislação aplicável.

Contudo, a Empresa possui processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível, para os quais não há constituição de provisão, mas que são divulgados para fins de transparência, conforme apresentado a seguir:

- Cíveis: referem-se, as ações, envolvendo discussão acerca da responsabilidade em adequações em infraestrutura de linhas de transmissão de energia elétrica e indenizações referente a faixa de servidão administrativa. O valor total envolvido é de aproximadamente R\$ 7.647.
- Tributários: correspondem a processo administrativo em trâmite perante a Receita Federal do Brasil, relacionado à exigências fiscais relacionadas a IRPJ e CSLL, no montante aproximado de R\$ 1.169.

5 Outras informações

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

5.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui transações com as empresas do grupo Voltalia como segue.

5.1.1 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2025

	31/12/2025			
	Passivo contas a pagar	Resultado (Venda de energia)	Resultado (Compra de energia)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
Circulante				
Voltalia Energia do Brasil Ltda	612	-	-	(999)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	76	-	-	(203)
Voltalia do Brasil COMERC de Energia Ltda	259	851	(573)	-
Total circulante	947	851	(573)	(1.202)

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

5.1.2 Saldos e transações em 31 de dezembro de 2024

	31/12/2024					
	Ativo contas a receber	Passivo contas a pagar	Passivo dividendos	Resultado (Venda de energia)	Resultado (compra de energia)	Resultado (Serviços/gastos administrativos)
Circulante						
Voltalia Energia do Brasil Ltda	-	114	-	-	-	(772)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	-	67	-	-	-	(226)
Voltalia Areia Branca II Participações S. A.	-	-	290	-	-	-
Voltalia do Brasil COMERC de Energia Ltda	347	18	-	3.017	(366)	-
Total circulante	347	199	290	3.017	(366)	(998)

5.2 Seguros - Não auditado

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA A USINA DE ENERGIA EÓLICA CARCARÁ II SPE S.A.			
RAMO		VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
GARANTIA			
CARCARÁ II	RESPONSABILIDADE CIVIL	28/11/2024 A 28/11/2026 - TOKIO MARINE SEGURADORA	10.000
CARCARÁ II	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2024 A 13/12/2025 - SWISS RE SEGURADORA	206.908
CARCARÁ II	RISCOS OPERACIONAIS	13/12/2025 A 13/12/2027 - SWISS RE SEGURADORA	208.478

6 Políticas contábeis Materiais

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
Máquinas - 10 anos.
Veículos - 5 anos.
Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
Instalações - 10 anos.
Turbinas Eólicas – 32 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

Desmobilização

As provisões dos custos de desmobilização dos ativos são efetuadas com base no valor presente dos custos futuros estimados para desmantelamento utilizando a premissa da taxa de desconto. São reconhecidas em contrapartida ao ativo correspondente e acrescidas pela atualização financeira alocada no resultado financeiro no momento do seu reconhecimento.

6.3 Intangível

6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e impairment. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os softwares corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- (7) Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- (8) Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- (9) Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;
- (10) Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- (11) Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

6.3.3 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

6.4.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

6.5 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

6.6 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada Período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

6.7 Tributação

6.7.1 Tributos sobre a receita operacional

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- (12) Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- (13) Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- (14) Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

6.7.2 Tributos sobre o lucro

Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

6.9 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii)

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

6.10 Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

6.11 Passivo de arrendamentos

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 5,6% e 8,84%, respectivamente, ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

6.12 Normas novas e alteradas no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

Usina de Energia Eólica Carcará II SPE S.A.



Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Não foram identificados impactos materiais na adoção dos pronunciamentos.

6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Pronunciamento Técnico CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

O Edital de Audiência Pública nº 01/2025 submeteu à consulta pública conjunta a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51. O CPC 51 está alinhado à IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e substituirá o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis. Caso seja aprovado, o novo pronunciamento deverá ser adotado para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2027.

Edital de Audiência Pública nº 02/2025 Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28 – Alterações decorrentes do Pronunciamento Técnico CPC 51 (IFRS 18)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ofereceram à Audiência Pública Conjunta a Minuta de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 28. A revisão está alinhada ao Anexo D da IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements e atualiza diversas normas contábeis brasileiras para alinhá-las à IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis. As mudanças abrangem ajustes de referências, inclusão e exclusão de itens em vários CPCs (CPC 37, CPC 45, CPC 46, CPC 47 e CPC 06 R2), além de novas exigências de apresentação e transparência nas demonstrações financeiras, reforçando a comparabilidade internacional. A aplicação obrigatória tem início em 1º de janeiro de 2027, estando o texto em audiência pública.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública

Em maio de 2025, o IASB emitiu a IFRS 19 que permite que uma subsidiária, quando elegível, apresente divulgações reduzidas quando adotar as IFRS como padrão em suas demonstrações financeiras. Poderão adotar a norma as entidades que não tiverem obrigação pública e em casos em que sua controladora divulgue as demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS para o uso público. Tais mudanças serão válidas a partir de 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a aplicação antecipada.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

* * *

Fale conosco

Brasil

*Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil
T.+55 2221-7190*



www.voltalia.com     